

A conspiração é mais embaixo

NINGUÉM de responsabilidade no Governo dá respaldo aos rumores divulgados em fontes malufistas de que se preparava no Palácio do Planalto uma emenda constitucional seja para restabelecer eleição direta ainda para 1985, seja para marcá-la para 1986, preenchendo-se com um mandato-tampão o lapso de tempo entre o fim do mandato Figueiredo e a eleição. O próprio Presidente da República desmentiu a versão por intermédio do Governador Gerson Camata. O Ministro Leitão de Abreu a desautorizou por intermédio do líder Nelson Marchezan. O General Euclides Figueiredo considerou-a sem sentido e insistiu na tese dos chefes militares de que as regras serão obedecidas e tomará posse o candidato eleito no Colégio Eleitoral.

Sem embargo de tão respeitáveis e peremptórios desmentidos, a versão continua a circular nos subúrbios da política e constitui prato de substância nas conversas daqueles partidários da candidatura Paulo Maluf que têm trânsito em setores militares, notadamente os vinculados aos serviços militares de informação. Conheço pessoas de nível intelectual e de padrão político que acreditam na efetivação de uma decisão segundo a qual seria impedida por qualquer processo, formal ou informal, a eventual posse do Sr Tancredo Neves. Essas pessoas transmitem o que ouviram das referidas fontes.

O General Newton Cruz, que é apontado como líder dos bolsões radicais, não estaria envolvido na articulação, já tendo transpirado de fontes a ele ligadas a informação acolhida por uma revista semanal de que ele tudo faria contra a eleição do Sr Tancredo Neves mas que, se vitorioso esse candidato no dia 15 de novembro de 1985, ele se dispunha desde já a bater continência ao futuro Presidente a partir do dia 16. O General Cruz continua a manter prestigiosa posição junto às comunidades de informações e segurança mas sobre ele não pesa qualquer denúncia específica.

A insatisfação com o favoritismo do candidato das oposições e sua possível ascensão ao Governo situa-se, portanto, numa faixa bastante definida e de cuja identificação se incumbiu o ex-Presidente Ernesto Geisel quando falou na existência de "bolsões sinceros mas radicais" que se opunham à distensão política. Isso não é novidade no quadro das sucessões brasileiras como recentemente tivemos oportunidade de lembrar, recompondo outras sucessões. No caso do Sr. Tancredo Neves, há uma curiosidade. Os dois últimos mineiros que ocuparam a Presidência da República foram alvo de revoltas que não alcançaram o objetivo colimado.

O penúltimo Presidente mineiro, Artur Bernardes, antes da sua posse, já provocou o primeiro 5 de julho, o de 1922, que teve como inspiração imediata as cartas que lhe eram falsamente atribuídas nas quais trataria com desdém os generais. A falsificação foi desmascarada, mas a verdade é que, na época, o Clube Militar constituiu um tribunal de honra que declarou que a falsificação era expressão da verdade. Bernardes era o autor das cartas. A história recompôs os fatos, mas isso não impediu que do primeiro episódio nascesse a inspiração de um segundo 5 de julho, o de 1924, com levantes em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Esses famosos levantes deram lugar à formação da Coluna Prestes, um dos episódios mais dramáticos da história política brasileira.

O último mineiro a assumir a Presidência da República foi Juscelino Kubitschek. Ele enfrentou, como candidato, um veto militar e seus correligionários civis concertaram-se numa conspiração militar, comandada pelo General Odylio Denis, que, vitoriosa, lhe assegurou a posse, depois de deposto dois Presidentes em exercício, Carlos Luz e Café Filho. Juscelino, apesar do seu espírito conciliador, enfrentou dois levantes militares, ambos nascidos na Aeronáutica e ambos frustrados, Jacareacanga e Aragarças. O Presidente venceu bem a dificuldade e, ao contrário de Bernardes, anistiou os implicados e terminou seu Governo opondo-se energicamente a uma conspiração que visava a impedir, com ajuda de greves gerais, a posse do ex-Presidente Jânio Quadros.

Tudo indica que a resistência militar que se arma contra a eventual vitória do Sr Tancredo Neve não tem respaldo nem civil nem militar no que há de representativo no sistema que governa e controla a vida do país. O inconformismo, sob pretexto de resposta ao chamado "revanchismo", situa-se em escalões inferiores na hierarquia tanto militar quanto civil e, possivelmente, salvo surpresas, deverá ter o mesmo destino das revoltas dos tempos de Bernardes e Juscelino. É verdade que 22 e 24 prolongaram-se no tempo e ajudaram a produzir 1930, mediante a exploração de uma conjuntura política conflituosa no quadro dirigente do país. E não se pode deixar de ver em 1964 o fruto longínquo das revoltas de 1956 e 1957 bem como dos resíduos da frustração que o Marechal Denis impôs ao udenismo militar pela sustentação armada da posse de Juscelino.

Desta vez, porém, não há qualquer respaldo visível de opinião pública para sortidas rebeldes, a não ser que se veja nessa miniconspiração de segundo escalão o fruto de futuras dificuldades para a política nacional. O próximo Presidente, se for mineiro, deverá vencer as dificuldades emergentes.

CARLOS CASTELLO BRANCO